



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL**



VETO TOTAL N.06, AO PROJETO DE LEI N° 216/2017, DE AUTORIA DO VEREADOR WALLACE OLIVEIRA

ASSUNTO DO PROJETO: DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE CARTAZES NAS DEPENDENCIAS DOS HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE, NO MUNICIPIO DE MANAUS, INFORMAÇÕES ACERCA DAS VACINAS INFANTIS.

VETO PARCIAL N 06 AO  
PROJETO DE LEI N.  
216/2017. MANUTENÇÃO DO  
VETO PARCIAL.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, o veto parcial ao Projeto de Lei n° 216/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

Na presente fase da tramitação legislativa, compete a esta Procuradoria Legislativa a análise do veto total e não do projeto em si.

De acordo com o art. 64, parágrafo 2°, da LOMAN:

**"Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto."**

Assim, a propositura poderá receber veto em um ou mais dos casos especificados.

O nobre Prefeito vetou o art. 2° da propositura, que prevê o prazo de 60 dias para que o Poder Executivo regularmente a lei.





**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL**



De fato, entendemos que o Prefeito já possui competência para regulamentar as leis, conforme art. 80, inciso IV, da LOMAN, que não estabelece prazo para o exercício do Poder Regulamentar.

Portanto, não compete ao Legislativo interferir na conveniência e oportunidade do Chefe do Executivo para o exercício do Poder Regulamentar.

Isto posto, diante dos argumentos expostos, esta Procuradoria entende que o veto parcial está de acordo com o art. 64, parágrafo 2º, da LOMAN.

Manaus, 17 de outubro de 2018.

**PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora da CMM

